

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Ser professor em tempos de precarização, intensificação e desvalorização

Saulo Macedo de Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14675>

Submetido em: 2025-12-20

Postado em: 2026-01-06 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## Ser professor em tempos de precarização, intensificação e desvalorização

Saulo Macedo de Oliveira

Universidade Estadual de Montes Claros

<https://orcid.org/0009-0002-8183-149X>

**Resumo:** Este ensaio *suleon-se* pelo objetivo de discutir os processos de precarização, intensificação e desvalorização do trabalho docente, à luz das transformações estruturais no campo educacional provocadas por políticas neoliberais, pelas reformas educacionais centradas em resultados e pela mercantilização da educação. Por meio de uma perspectiva teórico-crítica, problematiza-se a reconfiguração da profissão docente sob o ideário neoliberal, que converte o trabalho educacional em serviço técnico, gerenciado por metas e submetido à lógica da eficiência e da competição. Discutem-se os impactos dessas transformações nas condições objetivas e subjetivas da docência bem como a escolha pela profissão em tempos de precarização, intensificação e desvalorização.

**Palavras-chave:** Desvalorização. Intensificação. Neoliberalismo. Precarização. Trabalho Docente.

### Being a teacher in times of precarization, intensification and devaluation

**Abstract:** This essay is guided by the objective of discussing the processes of precarization, intensification and devaluation of teaching work, in light of the structural transformations in the educational field brought about by neoliberal policies, results-oriented educational reforms, and the commodification of education. From a theoretical-critical perspective, the essay problematizes the reconfiguration of the teaching profession under the neoliberal ideological framework, which converts educational work into a technical service managed through targets and subjected to the logic of efficiency and competition. The impacts of these transformations on both the objective and subjective conditions of teaching are examined, as well as the choice of the teaching profession in times of precarization, intensification, and devaluation.

**Keywords:** Devaluation. Intensification. Neoliberalism. Precarization. Teaching Work.

### Ser profesor en tiempos de precarización, intensificación y devaluación

**Resumen:** El objetivo de este ensayo es discutir los procesos de precarización, intensificación y desvalorización del trabajo docente, a la luz de las transformaciones estructurales en el campo de la educación provocadas por las políticas neoliberales, las reformas educativas centradas en los resultados y la mercantilización de la educación. Desde una perspectiva teórico-crítica, se problematiza la reconfiguración de la profesión docente bajo la ideología neoliberal, que convierte el trabajo educativo en un servicio técnico, gestionado por objetivos y sometido a la lógica de la eficiencia y la competencia. Se discuten los impactos de esas transformaciones en las condiciones objetivas y subjetivas de la docencia, así como la elección de la profesión en tiempos de precariedad, intensificación y desvalorización.

**Palabras clave:** Devaluación. Intensificación. Neoliberalismo. Precarización. Trabajo Docente.

## 1 Para qual horizonte olhamos?

*A crise da educação no Brasil não é uma crise: é um projeto* (Darcy Ribeiro)

Este ensaio tem o objetivo de discutir os processos de precarização, intensificação e desvalorização do trabalho docente, à luz das transformações estruturais no campo educacional provocadas por políticas neoliberais, pelas reformas educacionais centradas em resultados e pela mercantilização da educação. A partir dele, pretende-se provocar discussões como tais processos afetam a saúde mental, a identidade profissional docente, as reais condições de trabalho, assim como os desafios relacionados à valorização da carreira.

Historicamente, a docência é reconhecida como uma profissão necessária para a constituição de sociedades democráticas e civilizações baseadas na justiça social e emancipação. Entretanto, os professores vêm enfrentando um conjunto crescente de dificuldades estruturais que fragilizam o seu trabalho, sua vida social e profissional, as quais expressam, precipuamente, a partir de três processos inter-relacionados: precarização, intensificação e desvalorização.

O processo de *precarização* expressa-se de maneira objetiva e subjetiva. Do ponto de vista objetivo, a instabilidade contratual, evidenciada por contratos temporários e a ausência de planos de carreira, somada aos ínfimos salários e à negação de direitos trabalhistas, impõe uma realidade laboral hostil.

No contexto brasileiro, é contumaz a realidade de que professores atuam em mais de uma instituição para garantir sua subsistência básica, acumulando jornadas extenuantes, provocando problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais. Essa precária realidade é escancarada nas redes públicas de ensino (estaduais e municipais), em que sobrepõem contratos temporários e poucos salários que não conduzem a mínima valorização da profissão (Shiroma, Campos e Garcia, 2005).

No que tange à realidade internacional, a (mercado)lógica da terceirização e da redução de direitos desses profissionais também é visível, como denunciam estudos como o de Ball (2012) e Mundy *et al.* (2016), sobre reformas educacionais chilenas, estadunidenses e

britânicas.

A precarização se faz presente na esfera subjetiva dos professores, por exemplo, a ausência de estabilidade profissional, o acúmulo de funções sem o devido reconhecimento e valorização e o esvaziamento da autonomia pedagógica, gerando frustração, *burnout*<sup>1</sup> e perda do sentido do trabalho. Nessa dura realidade, a identidade docente, compreendida como uma construção social, também é afetada.

Como preconiza o sociólogo Dubar (2020), a constituição da identidade profissional demanda o reconhecimento social, a valorização dos saberes e a inserção em uma estrutura que permita o desenvolvimento ético e cognitivo da prática.

Quando o professor se vê reduzido a um implementador e reproduzidor de conteúdos ou metas institucionais, sua identidade é afetada. Sendo assim, essa precarização, relacionada à identidade, é tão devastadora quanto a material: ela compromete o pertencimento, a motivação e o compromisso com a educação.

Sendo assim, a precarização docente deve ser compreendida não apenas como uma questão de política pública ou de gestão escolar, mas como um problema social e estrutural, que impacta diretamente a qualidade da educação, a formação de estudantes e a própria função social da escola.

3

A *intensificação* do trabalho docente é outro inquietante processo, ao qual refere-se ao aumento quantitativo (e qualitativo) das tarefas atribuídas aos professores, sem a devida compensação em tempo, salário ou reconhecimento, tanto social quanto institucional (Apple, 2003; Assunção e Oliveira, 2009).

Com efeito, o processo de intensificação se materializa em uma exaustiva rotina de múltiplas jornadas de trabalho, em que, além das aulas que o professor precisa lecionar, é necessário planejar, corrigir, registrar, participar de reuniões pedagógicas, responder a sistemas de avaliação externa, e, amiúdemente, lidar com demandas administrativas. Logo, ser professor está além de ser um profissional que sua função basilar é ensinar.

Como é possível inferir, (grande) parte das atividades realizadas pelo professor é realizada fora do seu local e horário de trabalho, sem qualquer remuneração adicional por isso. Esse fenômeno faz parte da lógica de gestão empresarial que persegue a educação, em

---

<sup>1</sup> A Síndrome de *Burnout* é um distúrbio emocional caracterizado pela exaustão extrema, estresse e esgotamento físico, frequentemente relacionado a situações de trabalho desgastantes. Essa condição é causada por estressores crônicos no ambiente de trabalho, como longas jornadas, alta pressão e competitividade, levando à desmotivação e ao esgotamento.

que o desempenho docente é avaliado a partir de métricas de produtividade, transformando o professor em um *prestador de serviços* (Ball, 2012).

Essa reconfiguração da prática pedagógica impõe um modelo tecnocrático que subestima o papel crítico-reflexivo do educador, criando um ambiente de controle, vigilância e cobrador. Como resultado, tem-se um cenário de adoecimento físico e mental desse profissional.

Há décadas, pesquisas nacionais como a de Esteve (1999), nos advertem para as consequências dessa intensificação, culminando nos altos índices de estresse, depressão e esgotamento entre professores, mormente nos primeiros anos do Ensino Fundamental, afetando diretamente na aprendizagem dos estudantes.

Já o processo de *desvalorização* da profissão, por sua vez, não se resume ao aspecto salarial, ainda que este seja um fator que merece relevo. É o discurso social que associa à docência à vocação, ao altruísmo ou ao dom, contribuindo para o não reconhecimento do professor como trabalhador de direitos, com formação específica.

Em Oliveira e Almeida (2025, p. 4, grifos dos autores) é anunciado que ao imaginar a escolha da docência como uma postura sacerdotal, no qual a vocação, dom e amor são elementos essenciais para a escolha de tornar-se professor, “aspectos importantes como salário e plano de carreira ficam em *pano de fundo*”, com a docência sendo caracterizada como doação de si mesmo.

(Infelizmente) Há no imaginário popular um (equivocado) ideal sacerdotal, de que a docência não deve ser articulada ao retorno financeiro, mesmo vivendo numa sociedade gerida pelo dinheiro. Logo, ao desconsiderar essa complexidade, é naturalizada e normalizada a desvalorização do trabalho do professor, dificultando a escolha e a permanência nessa profissão, assim como a consolidação de políticas públicas articuladas à valorização da docência.

É necessário dar relevo que os ornamentos jurídicos do Brasil, referente à Constituição Federal de 1988, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e ao Plano Nacional de Educação, definem de forma clara o princípio da valorização dos professores como elemento estruturante da política educacional. Esses marcos legais preveem planos de carreira, condições dignas de trabalho e desenvolvimento profissional docente como pilares da educação.

Todavia, a discrepância entre os marcos legais e a sua efetivação tem sido acentuada

a partir do neoliberalismo, reforçando a necessidade de resistências, debates, problematização da nossa realidade e a construção (e efetivação) de políticas públicas que resgatem esses princípios da educação nacional. Sendo assim, valorizar o trabalho do professor é mais do que uma obrigação, garantida por lei, mas uma necessidade urgente para a construção de uma educação democrática, valorizada e socialmente referenciada.

Diante desse inquietante cenário, essa realidade precisa ser problematizada e debatida. Ademais, urge reconstruir a docência como uma profissão e como um projeto social. Isso exige, além de salários justos e condições dignas de trabalho, o reconhecimento da complexidade do fazer pedagógico e a valorização da formação docente contínua, crítica e socialmente situada.

Mais do que formar pessoas para atuar nesse sistema, é necessário professores qualificados para intervir e transformar a realidade social por meio da educação. Mas, para tanto, sua valorização não pode ser apenas um discurso: ela deve ser investimento, política pública e compromisso com o futuro.

## **2 As raízes históricas da desvalorização docente numa sociedade capitalista**

5

No contexto de uma sociedade capitalista, a desvalorização do trabalho docente nasce como um fenômeno intrínseco, evidenciando não apenas uma questão isolada, mas um aspecto mais amplo do trabalho, tendo como um entrave à construção de um sistema educacional (verdadeiramente) emancipador.

Como Marx e Engels (2000, p. 63) denunciam, “por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para viver”. Ou seja, o proletariado, para (sobre)viver nesse sistema, vende sua força, sua mente e seu tempo ao capital, tornando-se dependente da remuneração que recebe, a qual nunca reflete integralmente o valor do que produziu.

Os autores supracitados enfatizam que, nesse processo, o trabalhador não se apropria do fruto de seu trabalho; ele é alienado dele. Além da força física, também sua criatividade, conhecimento e capacidades intelectuais são transformados em mercadoria, subordinadas às necessidades do capital.

Para compreender a gênese desse problema, é fundamental analisar as raízes históricas da alienação no trabalho docente. Nesse sentido, esse trabalho, sob o jugo do

capitalismo, assume idiosincrasias que o distanciam de sua natureza (humana e) emancipadora. Esse profissional, impossibilitado de assumir a autonomia crítica da sua atividade laboral, se torna uma *mera* ferramenta nessa grande engrenagem trabalhista e capitalista, submetido à lógica da eficiência e da padronização.

A desvalorização da docência têm raízes históricas que a permeia. A profissão de professor, especialmente na Educação Básica (realidade que também não foge dos professores do Ensino Superior), foi historicamente associada a grupos femininos e a classes sociais subalternas, o que contribuiu para seu baixo prestígio e remuneração (Nóvoa, 1993; Arroyo, 2000).

A naturalização da docência como *vocação* ignora, de forma escapista, as condições materiais e funcionais necessárias para o exercício da função de professor. No Brasil, ao longo do século XX, as políticas educacionais passaram por fases de expansão do ensino e (in)valorização dos profissionais da educação, o que coadjuvou para esse processo.

A lógica paternalista de *professor-missionário* prevaleceu, reforçando a ideia de que o trabalho docente não deveria visar retorno financeiro, mas tendo-o como um *chamado social*. Tal discurso alimenta a percepção de que o professor *se doa* e, por consequência, simplesmente aceita as condições adversas que são impostas. Essa configuração histórica favorece a permanência do processo de desvalorização, e intrinsecamente, os processos de intensificação e precarização, em tempos hodiernos.

Conforme Cardoso, Souza e Cecarelli (2023), o Brasil ainda convive com dilemas sociais e políticos que impedem a valorização plena da carreira docente. Sendo assim, entender as raízes históricas é fundamental para perceber que o que se vive hoje não é uma *falha isolada*, que acontece somente nesses tempos, mas a continuidade de um legado longínquo estrutural, marcado pelo sucateamento dessa profissão.

### 3 A precarização e suas faces contemporâneas

Nos tempos atuais, o processo de precarização docente manifesta-se de formas múltiplas e complexas, refletindo transformações nas condições de trabalho e nas políticas educacionais. O avanço das tecnologias de ensino, a adoção de plataformas digitais e a disseminação do ensino remoto ampliaram a carga laboral, intensificando simultaneamente mecanismos de vigilância, controle e cobrança por resultados.

Oliveira, Del Pino e Accorssi (2021) argumentam que o fenômeno do trabalho

*uberizado* da docência, no qual plataformas digitais mediadoras substituem vínculos formais e permanentes, expressa a lógica neoliberal que permeia a educação contemporânea, reduzindo o professor a um prestador de serviços e o conhecimento a mercadoria.

No Brasil, estudos recentes indicam que a contratação de professores temporários tem se expandido nas redes estaduais, evidenciando um perfil de precarização acentuado. Santos (2024) analisou essa realidade, destacando a perda de direitos trabalhistas dos professores temporários em comparação aos professores efetivos, incluindo instabilidade contratual, menor remuneração, ausência de progressão na carreira e restrição ao acesso a benefícios.

Tal cenário evidencia a segmentação das relações do trabalho docente, refletindo a lógica da flexibilidade laboral e da diminuição do custo do trabalho, características centrais do neoliberalismo contemporâneo. A precarização docente não é apenas um fenômeno conjuntural, mas parte de uma transformação estrutural do trabalho e da educação.

Bourdieu (2004) aponta que o campo educacional, cada vez mais orientado por critérios de rendimento, competitividade e avaliação quantificada, naturaliza desigualdades e restringe a autonomia desses agentes. Dessa forma, a lógica da mercantilização da educação redefine o papel social do professor: o desempenho é medido por indicadores de produtividade, a formação crítica e emancipadora cede espaço à instrumentalização do ensino e o conhecimento é desvalorizado enquanto bem comum, assumindo caráter utilitarista e competitivo.

A precarização docente, nesse contexto, não se limita à redução de direitos trabalhistas, mas também impacta a construção de subjetividades profissionais, a autonomia pedagógica e a capacidade de fomentar práticas pedagógicas que promovam justiça social e democratização do saber.

Em síntese, a precarização e mercantilização da docência configuram um processo estrutural ligado à lógica neoliberal, em que a educação é cada vez mais tratada como mercadoria, o professor como prestador de serviços e o conhecimento como produto. Tal cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que resgatem a centralidade da formação emancipadora, reconhecendo o trabalho docente como parte essencial à construção de sociedades mais justas e críticas.

#### **4 O trabalho docente no contexto do capitalismo**

O processo educativo tem como objetivo fulcral a formação integral do ser humano e, conseqüentemente, sua transformação. No entanto, no contexto capitalista, esse processo enfrenta desafios que impactam a saúde, o bem-estar e as condições de trabalho dos professores. Esta seção propõe uma reflexão sobre a relação entre o trabalho docente, a precarização laboral e as condições estruturais da profissão.

O trabalho do professor é uma prática complexa e multifacetada, que permite aos estudantes acesso a experiências de aprendizado que transcendem a repetição. Segundo Freitas (2005), o trabalho docente constitui uma forma singular de atividade produtiva não material<sup>2</sup>, desempenhando papel essencial para o funcionamento e desenvolvimento da sociedade.

Sob essa perspectiva, o trabalho pedagógico permite compreender como as interações sociais mais amplas se manifestam nas atividades educativas e práticas diárias da docência. A partir dessa análise, torna-se evidente que o professor atue como um agente transformador, cujo impacto extrapole os limites da sala de aula.

Sua atuação é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e consciente, em que as interações sociais e culturais são valorizadas. Logo, a valorização e o reconhecimento do trabalho docente tornam-se imprescindíveis para o desenvolvimento de uma educação que atenda às demandas sociais.

Para Araújo *et al.* (2024), quando analisado sob uma perspectiva sociológica mais ampla, o trabalho docente revela semelhanças com outras formas de trabalho assalariado. Tal como ocorre em outras profissões, os professores dependem da venda de sua força de trabalho para garantir sua subsistência, sem dispor de meios de produção próprios. Isso os coloca em uma posição de dependência em relação às instituições empregadoras, sejam públicas ou privadas.

A precarização do trabalho docente no Brasil é evidente e intensificada por políticas neoliberais de reestruturação educativa, que promovem desqualificação profissional, perda de autonomia, redução salarial e degradação das condições de trabalho. Ao se tornar assalariado, o professor se submete a estruturas que restringem sua autonomia e sua capacidade criativa, frequentemente gerando sensação de alienação, crise de identidade e desvalorização profissional.

---

<sup>2</sup> “No contexto do trabalho não material, a criação assume um papel fundamental. Se no trabalho material a ênfase recai na transformação física de objetos, no trabalho imaterial a criação se manifesta na produção de ideias, informações, afetos, relações e experiências” (Araújo *et al.*, 2024, p. 10).

A alienação se manifesta, por exemplo, quando professores devem seguir planos de ensino e currículos rígidos, sem espaço para inovação ou adaptação às necessidades de seus estudantes. Nesse cenário, o trabalho educativo se reduz a mera execução de tarefas, desumanizando o professor e transformando a educação em mercadoria. Sendo assim, urge a necessidade de *sulear*<sup>3</sup> as práticas pedagógicas desses profissionais.

O trabalho docente, como atividade não material, contribui diretamente para a formação de indivíduos críticos e capazes de atuar na sociedade. Braverman (1980, p. 344) observa que o professor “carrega as marcas da condição proletária”, evidenciando a complexidade da profissão diante das mudanças nas relações de produção capitalistas. Sob essa perspectiva, o trabalho docente compartilha características com o proletariado: baixos salários, precarização, intensificação da carga horária e perda de direitos.

A alienação, (muitas) por vezes silenciosa, acompanha a prática docente, comprometendo a criatividade e o caráter transformador da educação. No cotidiano escolar, entre burocracias, exigências administrativas e cobranças por resultados, o professor se vê enredado em uma teia que o distancia da essência de sua profissão.

Tal como o trabalhador fabril, o professor pode se tornar um *mero executor* de tarefas, desvinculado da autoria e do significado de seu trabalho. As diretrizes padronizadas, a pressão por desempenho e a desvalorização do saber docente contribuem, assim, para a desumanização da educação e para a fragilização da própria função social do professor.

## 5 A escolha pela docência em contextos de precarização, intensificação e desvalorização

Nos tempos em que a precarização, intensificação e desvalorização estão cada vez mais visíveis, escolher a profissão de professor não é um ato neutro: é uma decisão que carrega implicações éticas, sociais e políticas. Numa realidade marcada pela crescente mercantilização da educação, em que o professor não é mais visto como um profissional, mas como um *prestador de serviços*, o ato de querer ser um professor já constitui uma forma de resistência ante a lógica dominante.

---

<sup>3</sup> Nesse movimento de resistência, *sulear* a educação, à luz do pensamento freiriano, significa romper com a lógica hegemônica que nos orienta sempre pelo Norte (pelos modelos impostos e pelos interesses mercadológicos), para, em contrapartida, orientar o nosso olhar a partir do Sul, do nosso *chão*, das nossas realidades e saberes. *Sulear* é reconhecer a potência do professor como sujeito histórico e político, capaz de construir conhecimento a partir da sua própria experiência e da coletividade, reafirmando uma pedagogia enraizada na autonomia, na crítica e na transformação social.

Entretanto, a escolha de tornar-se professor é paulatinamente mais difícil de sustentar, em especial para as novas gerações. Jovens que ingressam na carreira enfrentam entraves entre o idealizado e o realmente vivenciado. Têm-se a docência como atividade profissional, mas deparam-se com salários incompatíveis com o nível de formação, jornadas extenuantes, falta de condições laborais, e um ambiente institucional frequentemente caracterizado como insalubre, como denunciado por Farias e Wagner (2024) e Cunha *et al.* (2024).

Sendo assim, o ingresso na carreira propende a gerar uma *crise de identidade profissional* (Dubar, 2020), por se tratar de um momento de tensão entre as expectativas que os recém professores tinham e os obstáculos reais apresentados no cotidiano da sua prática. Nessa conjuntura, a identidade docente se vê sob ataque.

Ela deixa de ser construída prioritariamente a partir da valorização dos saberes pedagógicos, das relações com os estudantes e do reconhecimento institucional, passando a ser tensionada por pressões externas, por meio de metas de desempenho, avaliações padronizadas e discursos de culpabilização do professor pelo *fracasso* escolar dos estudantes, *fechando os olhos* para a verdadeira problemática.

A responsabilização pelo (in)sucesso educacional estudantil inflige ao professor uma carga que não é devida, como se ele fosse exclusivamente consequência da sua prática (Almeida, Miranda e Guisande, 2008). Esse descompasso entre o idealizado e o vivido, cria um conflito identitário, favorecendo o desencanto pela profissão, o abandono, a desistência e o adoecimento docente.

Sobre a escolha pela profissão, essa realidade cria uma divergência: ao mesmo tempo que reconhece a importância da educação, ela não é estimulada como uma carreira de prestígio e reconhecimento. Ademais, mesmo o trabalho do professor não sendo valorizado, a responsabilidade social atrelada a ele é mantida, como apontado por Assunção e Oliveira (2009).

Destarte, isso fomenta a seguinte problematização: *o que leva alguém a escolher ser professor num mundo em que essa profissão claramente não é valorizada? Por que ser professor num sistema que trata seus profissionais como meros prestadores de serviço?*

Não obstante, quando alguém escolhe ser professor sem que haja políticas públicas que valorizem essa profissão, corre-se o risco de transformar a sua dedicação em algo *admirável*, romantizando e naturalizando a desvalorização docente, como parte inevitável *da sua missão, do seu chamado e/ou da sua vocação* de vida que é ensinar.

Como já mencionado, a constituição da identidade profissional docente depende de condições que a propicie, e a ausência dessas condições, como reconhecimento, valorização institucional e social, desenvolvimento profissional docente e o diálogo, impede a sua consolidação, substituindo por experiências malsucedidas, não escolha pela docência e até mesmo abandono da profissão por parte de quem ainda está atuando.

O professor que (sobre)vive nesse sistema, que não se identifica com o processo educativo, dificilmente sentirá pertencente de um projeto social (e um ato político) que é a educação. Diante do exposto, longe de esgotar o debate sobre o tema, é necessário reconhecer que, enquanto a precarização, intensificação e desvalorização afetar a profissão de professor, dificilmente haverá espaço para um ensino comprometido com a emancipação social, promoção da cidadania e construção do pensamento crítico.

O adoecimento, o desgaste físico e emocional, o abandono e não escolha pela carreira e a perda do sentido no trabalho docente não é algo subjetivo, mas o resultado de um ciclo vicioso de um sistema que, de forma contraditória, exige que esse profissional esteja comprometido com a atividade laboral, ao passo que nega as condições mínimas (que nem são básicas) para exercê-lo. Não é sobre negar a potencialidade de transformação da educação e da docência, mas proclamar que elas se concretizam em contextos nos quais o professor é resguardado, respeitado e valorizado.

## 6 Consequências psicossociais do trabalho docente

Os impactos da precarização, intensificação e desvalorização do trabalho docente repercutem na saúde física e mental dos professores, configurando um fenômeno estrutural que transcende a dimensão individual. A pesquisa realizada por Gonçalves (2023), com professores paulistas da Educação Básica, revela dados alarmantes: cerca de 32,75 % deles apresentam sintomas da síndrome de *burnout*; 55,92 % relatam exaustão física e emocional, e 43,58 % sofrem *burnout* relacionado diretamente às condições de trabalho.

Tais números refletem não apenas a sobrecarga de tarefas, mas também a ausência de reconhecimento institucional e social, evidenciando que o mal-estar docente está intrinsecamente ligado às condições estruturais do trabalho (Pessoa, 2017).

A intensificação do trabalho docente, caracterizada pelo acúmulo de funções, multiplicidade de demandas e crescente pressão por resultados, potencializa o estresse e contribui para o adoecimento desse profissional. Quando o professor adoce, há não apenas

uma perda de capacidade produtiva, mas também uma ruptura na experiência subjetiva do trabalho.

O pertencimento, a motivação e o sentido de sua prática pedagógica ficam comprometidos, refletindo diretamente na identidade docente, que poderia se sustentar no reconhecimento social, na valorização pedagógica e no compromisso ético com a formação integral dos estudantes.

Estudos como o de Silva (2017) indicam que fatores como a perda de *status* social, a proletarianização do trabalho docente e reformas educacionais que desconsideram as condições reais de atuação profissional, intensificam o mal-estar dos professores.

Esses elementos não são meramente conjunturais, mas estruturais: as políticas neoliberais de educação, ao priorizar metas e indicadores de desempenho, instrumentalizam o professor como executor de tarefas, limitando sua autonomia e negando-lhe o reconhecimento profissional.

Nesse sentido, o adoecimento, o desgaste físico e emocional, o abandono da carreira e a crise de sentido não podem ser compreendidos como falhas individuais, mas como resultado de um ciclo sistêmico de exploração.

A saúde física e mental do professor é inseparável de condições de trabalho dignas, valorização profissional e da possibilidade de atuação crítica e criativa no ambiente pedagógico. Sem tais condições, a educação se vê fragilizada, e a função emancipadora do trabalho docente se encontra comprometida, transformando o ato de ensinar em exercício de resistência frente a estruturas que subvalorizam sua importância social.

## 7 Em suma: por uma docência que (re)exista

As discussões suscitadas neste ensaio escancaram que os processos de precarização, intensificação e desvalorização da profissão docente não são fortuitos, mas resultados de uma (mercado)lógica neoliberal que permeiam os sistemas educacionais (nem tão) hodiernos, transformando a educação em mercadoria e o professor em um mero cumpridor de demandas, preterindo sua condição de profissional formador e crítico.

Nesse sentido, provooco uma necessária (e real) problematização: *por que deixar o professor ser um agente político, crítico e transformador se ele pode ser impulsionado à exaustão com alta carga de trabalho, poucas condições laborais, pouca valorização e reconhecimento, podendo ser apenas um prestador de serviço que está aquém da sua função primordial?*

Frente a esse duro cenário, urge a necessidade de tornar o professor como um profissional político. Isso requer a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem condições dignas de trabalho, salários compatíveis com a complexidade da função, estabilidade profissional e valorização do desenvolvimento profissional docente.

Mais do que reverter o declínio das condições materiais do professorado, trata-se de resgatar, e (re)criar, o significado social do trabalho do professor. Além disso, é necessário fomentar práticas pedagógicas que viabilizem a autonomia, o pensamento crítico e a colaboração entre os profissionais da educação. Também, avaliações devem ser formativas e não mecanismos de controle.

A formação (inicial e continuada) docente precisa ser (re)pensada sob uma perspectiva emancipadora, articulando teoria, prática, contexto e compromisso com a justiça social. Em conclusão, valorizar a docência é valorizar o futuro da sociedade. Uma educação democrática (e de qualidade) só é possível com professores respeitados, reconhecidos e devidamente apoiados em todos os âmbitos: político, institucional e social.

Não está sendo colocado em discussão a não necessidade e não importância desse profissional, e nem mesmo é a intenção de desestimular futuros professores para atuarem em seus espaços de trabalho. Pelo contrário, urge a necessidade de profissionais qualificados, prontos para mudar e *sulcar* essa realidade e de fato serem valorizados como agentes de transformação.

Apesar do cenário adverso, há experiências de resistência e fortalecimento coletivo que merecem destaque. Movimentos sindicais, redes de professores, fóruns de educação e práticas pedagógicas colaborativas têm se constituído como espaços de construção de valorização e reconhecimento profissional.

O professor, enquanto sujeito político, pode transformar seu trabalho em ato coletivo de resistência, promovendo a aprendizagem crítica, a cidadania e a justiça social. A valorização docente depende não apenas de políticas públicas, mas da construção de redes de apoio, da valorização do desenvolvimento profissional docente, do diálogo e da colaboração entre profissionais da educação.

Caminhos possíveis incluem: a implementação de planos de carreira com participação docente, a negociação sindical que incorpore saúde e condições de trabalho, a formação contínua focada em autonomia e crítica, e a leitura coletiva da sociedade para tornar o professor um agente de sua condição e de seu projeto social.

## 8 Referências

ALMEIDA, Leandro da Silva; MIRANDA, Lúcia; GUISANDE, María Adelina. Atribuições causais para o sucesso e fracasso escolares. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 169-172, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000200001>.

APPLE, Michael. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ARAÚJO, Francisco Antonio Machado; ARAÚJO, Lucélia Costa; SOUSA, Naiandra Nery de; ARAÚJO, Ester Gabriele dos Santos. A precarização do trabalho docente: uma leitura crítica no contexto do capitalismo. *Revista Filosofia Capital*, Brasília, v. 20, n. 26, p. 1-26, 2024. <https://doi.org/10.51497/rfc.v20n26-011>.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Ofício de mestre*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349–372, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>.

BALL, Stephen. *Global education Inc.: new policy networks and the neo-liberal imaginary*. London: Routledge, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CARDOSO, Priscila Carla; SOUZA, Juliana Cavicchioli de; CECARELLI, Michele Cristina Pedroso. A docência e a precarização do trabalho educativo na sociedade capitalista. *Revista de Comunicação Científica*, v. 1, n. 15, p. 72-84, 2023. <https://doi.org/10.30681/rcc.v1i15.12207>.

CUNHA, Saulo Daniel; SOBRINHO, José de Andrade Matos; SILVEIRA, Aparecida Rosângela; SAMPAIO, Cristina Andrade. Vivência, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, p. 1-22, 2024. <https://doi.org/10.1590/0102-469836820>.

DUBAR, Claude. *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

ESTEVE, José. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. São Paulo: EDUSC, 1999.

FARIAS, Beatriz Heitich da Silva; WAGNER, Flávia. Condições de trabalho e adoecimento docente: causas persistentes. *SciELO Preprints*, p. 1-19, 2024. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10323>.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papirus, 2005.

GONÇALVES, Raphaela dos Santos. *A síndrome de burnout em professores: sua relação com a satisfação no trabalho, fatores sociodemográficos e organizacionais*. 2023. 78f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade Federal de São Paulo, Santos.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MUNDY, Karen; GREEN, Andy; LINGARD, Bob; VERGER, Antoni. *The handbook of global education policy*. Hoboken. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2016.

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

OLIVEIRA, Saulo Macedo de. *Caminhos e Escolhas: trilhas profissionais e acadêmicas de egressos do Curso de Licenciatura em Matemática da Unimontes (2020-2023)*. 2026. 430f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

OLIVEIRA, Saulo Macedo de; ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. Por que ser Professor? Narrativas de egressos do Curso de Licenciatura em Matemática da Unimontes (2020-2023). *Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 1-23, 2025. <https://doi.org/10.37001/ripem.v15i2.4549>.

OLIVEIRA, João Henrique Figueredo de; DEL PINO, Mauro Augusto Burkert; ACCORSSI, Aline. A precarização do trabalho ao seu enalço: o futuro da docência nas plataformas digitais. *SciELO Preprints*, p. 1-18, 2021. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2356>.

PESSOA, Valda Inês Fontenele. Intensificação do trabalho docente e alteração da saúde do professor do Ensino Fundamental. *Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 6, n. 2, p. 1-19, 2017.

SANTOS, João Batista Silva dos. O perfil da precarização docente no Brasil: o professor temporário das redes estaduais. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, v. 17, n. 32, p. 1-26, 2024. <https://doi.org/10.22491/2236-5907138170>.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselaine Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005.

SILVA, Renata Santos da. *Um caminho para identidade docente: do mal-estar à autonomia*. 2017. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<p><b>Declaração de conflito de interesse:</b> O autor declara que não há conflito de interesse. <b>Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa:</b> O conjunto de dados que subsidia este ensaio encontra-se disponibilizado no manuscrito.</p>
---

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.